

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANO DUARTE

**RELAÇÕES DE PODER:**

Ensinando poder no ensino médio a partir do urbano.

Curitiba - PR

2016

JULIANO DUARTE

**RELAÇÕES DE PODER:**

Ensinando poder no ensino médio a partir do urbano.

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, pela Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância – CIPEAD.

Orientador: Prof. Me. José Augusto Hartmann

Curitiba – PR

2016

[...] A cidade foi tomada pelos homens, na cidade dos homens tem gente que consegue ler... Mas os outros estão néscios pra Ti [...]

Marcos Almeida – Banda: Palavrantiga – Música: Rookmaker.

*A Deus, aos meus familiares, aos amigos, aos professores e tutores  
que auxiliaram na conclusão dessa pós-graduação e com efeito tive-  
ram sua participação.*

## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

### **Tabelas**

Tabela 01: Evolução populacional do Brasil (IBGE).

### **Quadros**

Quadro 01: Formas de poder segundo French e Raven.

Quadro 02: Formas de poder segundo Norberto Bobbio.

Quadro 03: Agentes sociais no urbano segundo R. L. Corrêa.

## RESUMO

Como ensinar a nossos alunos que o poder está permeado nas relações urbanas de construção desse espaço sobre o espaço natural e seus agentes construtores?

**Palavras-chave:** Relações de poder, Poder urbano, Cidadania, Filosofia e ensino.

## **ABSTRACT**

How to teach our students that power is permeated in urban relations of construction of this space over the countryside and its builders agents?

**Keywords:** Relationships of power, Urban power, Citizenship, Philosophy and education

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – O QUE É PODER? .....</b>	<b>13</b>
1 – PODER E SUAS FORMAS .....	13
2 – O PODER E SUA RELAÇÃO COM O HUMANO .....	19
3 – AS RELAÇÕES DE PODER .....	22
<b>CAPÍTULO II – O PODER NAS FACETAS URBANAS .....</b>	<b>25</b>
1 – A CIDADE E OS CIDADÃOS: GÊNESE DO PODER URBANO .....	25
2 – OS AGENTES CONSTRUTORES DO URBANO E O DIREITO À CIDADE .....	29
<b>CAPÍTULO III – PRÁTICAS DE ENSINO DO PODER URBANO .....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>45</b>



## INTRODUÇÃO

*A esteticidade do trabalho intelectual não me permite a irresponsabilidade de ser leviano na apreciação da produção dos outros. (...), posso errar, posso me equivocar ou me confundir na minha análise mas não posso distorcer o pensamento que estudo e critico. – Paulo Freire (1921-1997) – Política e Educação.*

Este trabalho visa discutir as diversas formas de poder e suas relações com o urbano, primeiramente como algo historicamente construído e depois como algo que se tornou possuído por uma classe que se utilizou daquilo que fora construído historicamente, conforme nos lembra Foucault (2007), com vistas ao ensino de filosofia no ensino médio.

Portanto, o poder que queremos aqui discutir, se dá por meio das relações sociais, e estas, segundo Lefebvre (2006), se investem e se travestem do poder, revelado naquilo que historicamente se desenvolveu a partir da polis grega e culminou com o que chamamos hoje de urbano, onde é o espaço das relações políticas do homem, esse ser que segundo Aristóteles (1998), é um animal político, ou seja, respira e transpira o ar do que chamamos de urbano.

Discutir sobre poder é uma tarefa penosa, devido aos seus muitos desdobramentos, conforme Perissinotto (2003) nos lembra, é um terreno pantanoso, instável, por haver muitas definições e variantes. Portanto, o que se propõe a ser feito, é discutir sobre o poder e como se dão as formas de poder, para depois iniciar o diálogo sobre o poder no meio urbano, com fins para a conscientização do sujeito-aluno do ensino médio. O fim é torna-los cômicos de seu papel enquanto participantes de uma sociedade baseada no econômico, o político, o social no âmbito urbano, aos quais permeiam relações de poder.

Vale lembrar que a proposta não é esgotar tal discussão, pois seria demasiado impossível neste e em qualquer outro espaço que não fosse uma discussão teórica e esmiuçada como muitos autores já se debruçaram a fazer, tais como Foucault, Bobbio, French e Raven, Lefeb-

vre, entre outros. Segue-se a ideia de formular uma discussão que venha a contribuir para a bibliografia em torno do ensino de poder nas escolas, principalmente o aqui escolhido, o das relações sociais de construção do espaço urbano.

Isso nos leva a duas perguntas principais: O que é o poder? Como surgiram as cidades? São essas perguntas e outras que incorrerão durante o desenvolvimento da discussão, as quais irão nos balizar para a discorrer sobre poder e seus desdobramentos no meio urbano com vistas a conscientização do cidadão-aluno do ensino de filosofia para o ensino médio.

A palavra poder supõe força, seja ela física (objetiva) ou psíquica (subjativa). As cidades surgiram pela força que uma pessoa ou grupo detinham em determinada situação. Benévolo (2005) afirma que os primeiros humanos viviam da coleta, mas quando se aperceberam de que podiam cercar algo para conservá-lo a fim de que não precisassem mais coletar e estar à mercê das estações do ano, decidiram fixar-se por meio do domínio da agricultura em determinado lugar, cercando-o de outros, iniciando a sociedade civil como a conhecemos.

Para tanto, Rousseau revela que, quando “O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (...)” (ROUSSEAU, 1999, p. 203). Sendo a cidade um meio onde impera a propriedade privada e onde o poder nos seus moldes sociais se revela, cabe-nos estudar as suas conflitualidades e seus confrontos.

Com isso, Aristóteles (1999) observa que o homem é um ser que necessita de coisas e dos outros, ou seja, um ser desejante, buscando a comunidade para alcançar a completude de si e de seus desejos. E a partir disso, ele deduz que o homem é naturalmente político. As forças políticas que surgem na cidade provem do poder que o homem dá a determinada pessoa ou grupo, para satisfazer seus desejos e em troca de um não-confronto com seu próximo, estabelece leis que valem a todos pondo fim ao confronto e sancionando e solucionando conflitos, conforme nos lembra Hobbes (2003).

O urbano surgiu com a “invenção” da cidade e sua discussão filosófica surgiu com o desenvolvimento das cidades quando, com os gregos surgiu o pensamento filosófico, conforme Aristóteles (1999) nos lembra em *A Política*, a cidade (polis) é um lugar de discussão da sociedade. Na Grécia Antiga, as pessoas se reuniam para discutir a cidade e as políticas nas praças públicas, chamadas de Ágoras. Esta visão estava aliada a um modo primitivo de pensamento social baseado no estudo empírico da natureza.

Habermas (1989) defende que, contemporaneamente, num mundo globalizado principalmente pela economia, a discussão filosófica se dá em um nível diferenciado, não mais nas ágoras, mas nas escolas e nas universidades e carece de trabalhos que defendam tal discussão, chegando as salas de aula do ensino médio. As pessoas interagem por meio da linguagem, organizam-se em sociedade e buscam um consenso em formato não coercitivo, nesse novo mundo globalizado, portanto é inerente que haja um ensino da estrutura organizacional da sociedade urbana.

Sendo assim, o espaço urbano é reflexo da sociedade, ou seja, a partir poder público, indústrias, iniciativa privada, entre outros, surgem as transformações que ocorrem como consequência de um determinado tempo histórico onde estão inseridas. Segundo Habermas (1989), o século XX foi preponderante para podemos perceber que a cidade vem se tornando um grande campo de lutas, entre as classes e as ações do poder público, pois, de acordo com Corrêa (1995), isso faz com que a paisagem das cidades configure-se como um intenso espaço de desigualdade, sejam de ordem política, social ou econômica. Esta última, principal agente da globalização mundial, vem sendo também o meio com o qual se tem revelado de que lado está o poder.

Lojkin (1981) corrobora para tal afirmação, pois, nas palavras do autor, com o advento da globalização econômica a partir de meados da década de 1980, a relação entre urbanização e acumulação capitalista, gerou maior poder nas intervenções do Estado capitalista, nos processos caóticos do desenvolvimento urbano e na participação do cidadão enquanto construtor do espaço urbano.

Nosso aluno do ensino médio, as vezes alheio a isso tudo, carece de uma introdução ao assunto, de forma crítica e consistente, visando seu aprimoramento enquanto cidadão, participante da sociedade em sua maioria urbanizada e dependente das ações movidas em solo urbano, de modo que este possa interagir com a sociedade ao seu redor, participando com mais desenvoltura e consciência de seu papel na democracia contemporânea.

Lefebvre (1969), revela que a compreensão do espaço urbano está na dialética fundada em Marx e Engels, advindo de estudos, releituras e interpretações do que está contido principalmente em Hegel e Nietzsche. Para Lefebvre, há uma dialética das classes sociais no espaço urbano, revelando que umas detêm poder e outras se submetem ao poder, que as primeiras possuem. Sendo assim, a sociedade urbana a que se refere Lefebvre, é uma virtualidade, ou

seja, um objeto que relaciona um processo que ainda não está acabado e a uma práxis que ocorre por meio do social.

Sendo assim, o poder é uma práxis social, constituída historicamente, sendo que devemos levar em consideração que as práticas ou manifestações de poder variam em cada época ou sociedade. Não se pode dizer do poder: Ele está aqui! Ou: Ele está ali! O que está a se afirmar em Foucault (2007) é que depende das relações sociais diluídas nas formas de linguagem, sejam elas verbais ou subjetivas, que exercem o poder, ora de uma forma, ora de outra.

O espaço urbano é construído e está permeado de classes sociais, que exercem poder umas sobre as outras, de modo que, tanto o discurso para Foucault (1999), quanto o espaço e as relações sociais para Lefebvre (1969) estão moldando a sociedade, um organismo vivo e em constante mutação. Contudo, cabe ressaltar que, a partir de Foucault é concebido que o poder não se dá de maneira vertical ou em uma dialética entre opressores e oprimidos, por não o considerar a realidade com característica universal, pois este é composto de formas discor-dantes, heterogêneas e que estão em constante revolução e transformação.

Visto que o educando as vezes está alheio, conforme nos orienta Gadotti (1996), devemos conscientizar o mesmo acerca do mundo, retirando-os da “caverna” a qual estão reclusos, por isso é importante o estudo das formas de poder, principalmente no que diz respeito ao meio urbano, visto que vivemos em uma sociedade onde impera o urbano e um espaço rural que o serve de aporte econômico.

A partir disso, percebemos no horizonte, novos métodos de apreensão da cidade e do urbano, como um espaço de poder, que se dá por meio dos agentes que transformam esse espaço (CORRÊA, 1995). A ideia consiste também em conscientizar os educandos com relação a seu papel como agente de construção do espaço urbano.

Para tanto, serão revisadas as estruturas do poder e seus formatos, por meio de concepções teóricas desse assunto, principalmente em Foucault e Lefebvre. O primeiro não defende uma dialética em si, como em Lefebvre, mas que há um jogo de discursos aos quais estão contidas relações de poder. O segundo defende que a construção de espaço urbano é uma forma de poder social contido em uma dialética de classes.

Por conseguinte se demonstra isso, que está contido principalmente em Corrêa (1995), ou seja, uma sociedade que detém o poder e por meio de suas ações que constroem o espaço

urbano. Por fim, partiremos para uma discussão acerca da conscientização dos educandos do ensino médio em filosofia com relação a temática.

# CAPÍTULO I – O QUE É PODER?

## 1 – PODER E SUAS FORMAS

*Quase todos os homens são capazes de superar a adversidade, mas, se quiser pôr à prova o carácter de um homem, dê-se-lhe poder. – Abraham Lincoln. (1809-1865) – Ex-Presidente dos Estados Unidos da América (EUA).*

Há diversas interpretações do que seja o poder, sendo que este é capaz de se expressar de diferentes formas e ideologias. Muitos autores o definem como uma força advinda de algo para algo. Sendo assim, é um conceito híbrido, ou seja, depende do filtro de análise a ele aplicado para que este passe a ter uma forma definida.

O que se pretende é falar sobre o poder, principalmente o social, com seus enlaces urbanos, visto que, Perissinotto (2003) afirma ser uma tarefa penosa em um terreno pantanoso, devido as muitas definições e variantes. Como Freire (2001) nos lembra, podemos errar, confundir ou se equivocar, mas não podemos distorcer a crítica ao nosso pensamento. Para tanto, busca-se desenvolver um conceito de poder a partir de seus diversos autores que corrobore com uma análise social no meio urbano, pois esse é um espaço onde as relações de poder mais se intensificam.

Pensando também na ótica do ensino, há que se comentar que o poder está presente em sala de aula na relação professor-aluno e a filosofia não deve se reservar a não discutir sobre esse assunto. O que se pretende então, é conscientizar os educandos de que há um poder social que age no meio urbano contemporâneo, construindo espaços, dando valor a um e desvalorizando outro.

Primeiramente, é premissa entender o que é poder e suas relações, pois o meio urbano, segundo Lefebvre (2006), está permeado por relações de poder, na política, no econômico, no social, nas instituições, enfim, em todas as suas relações, sejam elas técnicas e objetivas ou subjetivas, comunicativas e linguísticas. Dadas as cartas, iremos ao ponto chave: o que é poder?

No campo da semântica, o termo poder surgiu a partir do latim *possum, potere*, que significa “ser capaz de”, “estar apto para”, “ter competência para”, sendo um termo aplicado tanto a objetos e coisas como ao nível social, inerente ao ser humano (Dicionário Caldas Aulete Digital, 2015). Quando aplicado a fenômenos e a objetos, há uma relação exata, ou seja, definida matematicamente e cientificamente a exemplo dos estudos da física com relação ao poder calorífico de cada fenômeno ou objeto. Já quando este é aplicado ao social ele se torna mais complexo, pois é um líquido heterogêneo de difícil mescla (BOBBIO, 2009).

Inserir uma ideia do poder em um lugar pontual como o Estado é, segundo Weber (1974), um tanto simplista, pois existem relações de poder, sejam na cidade ou em qualquer outro lugar, sendo que o Estado é um órgão que possui o poder, mas que esse não é restrito ao mesmo.

Em relação ao que foi dito anteriormente, cabe ressaltar que Weber (1986) difere poder de dominação, a qual ocorre quando há legitimação e legalidade, pois segundo ele, o poder é imposto, enquanto que a dominação se dá através da norma e sua aceitação. Ele divide a dominação em três principais, sendo elas a dominação tradicional, constante nas diversas monarquias onde se institui um rei e por meio da honra a este se dão as normas e obediências de seus súditos. A segunda é a dominação carismática, onde alguém que almeja liderar o faz de forma amistosa, buscando conquistar o carisma daqueles que tem potencial de escolhê-lo como líder, sendo esta dominação, típica das democracias e lideranças partidárias, as quais estamos bem habituados no Brasil contemporâneo. Já a terceira dominação envolve aparatos burocráticos, composta por legisladores, judiciários e outros órgãos ligados a esses.

French e Raven (1959) foram um dos primeiros a sistematizar as formas de poder, os quais as dividiram em seis, ainda que complexas, mas que puderam contribuir para simplificações e melhoramentos nas discussões surgidas posteriormente. Eles as dividiram em poder de coerção, de recompensa, de conhecimento, de informação, de referência e de legitimidade (Quadro 01).

Bobbio (2000), grande estudioso em política, muito tempo depois de French e Raven terem lançado as bases para estudos em poder social, baseado nas diversas discussões que se seguiram a essas bases, defende que existem três formas principais de poder, sendo elas baseadas no poder econômico, ideológico e político (Quadro 02).

Com isso, recaiando na ideia citada anteriormente, de que poder é uma espécie de força, podemos deferir que, segundo Bobbio (2009), poder é a possibilidade ou capacidade de agir e

produzir efeitos, sendo esta aplicada tanto em nível social, como a objetos e fenômenos naturais, sendo o homem o sujeito e o objeto do poder. E ainda acrescenta que “(...) contudo, não existe Poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja.” (BOBBIO, 2009, p. 934). O “poder urbano” então, é inerentemente social, pois a cidade é a polis, evoluída, remodelada, globalizada, detentora dos bens e dos serviços, dominante sobre o rural, e, ainda, diversificada onde há poder de cidadãos sobre cidadãos (HABERMAS, 1989).

#### QUADRO 01: FORMAS DE PODER SEGUNDO FRENCH E RAVEN

Forma de poder	Descrição
Coerção	Essa forma de poder se dá através da punição por meio da força física, exercido sob a forma de ameaças verbais e/ou não verbais. Referência à despotismo.
Recompensa	Motivado por uma recompensa, essa é a forma de poder mais branda, pois o indivíduo almeja a gratificação, tornando-se subordinado à quem exerce tal poder.
Conhecimento	O poder por deter alguma forma de conhecimento que leve os indivíduos à creditar confiança em alguém, por exemplo, um médico conhece de medicina.
Informação	Esse poder se utiliza da argumentação e da informação para obter a obediência dos quais se deseja estarem submetidos. Convince-se pela informação.
Referência	É um poder exercido pelo exemplo que um indivíduo transmite, ou seja, por meio de qualidades pessoais, carisma, as pessoas seguem, imitam e obedecem.
Legitimidade	É o poder conferido por meio de Leis, decretos, estatutos. O indivíduo tem a permissão de agir sobre os demais por que há um papel social que o permite exercer tal poder.

Fonte: French e Raven (1959). Org.: Duarte (2015)

#### QUADRO 02: FORMAS DE PODER SEGUNDO NORBERTO BOBBIO

Forma de poder	Descrição
Econômico	Exercem esse poder os donos dos meios de produção, indústrias, latifúndios, entre outros.
Ideológico	É o poder subjetivo, no mundo das ideias, exercido por quem as produz e quem as dissemina.
Político	Exercido por meio da força física ou de coação (exército, força policial), além de ter um aparato burocrático a seu favor, que compreendem as leis, decretos, etc.



---

Fonte: Bobbio (2000; 1997) Org.: Duarte (2015).

Sendo assim, o poder é indissociável do político, pois mesmo em sua forma ideológica e econômica, ele é exercido politicamente, no sentido do agir humano.

Sabemos que a política é inerentemente humana, surgiu da polis (cidade grega), ou seja, aquilo que, segundo Aristóteles (1999) é inerente a polis, a cidade ideal para este, pois onde existem relações de poder, existem relações políticas, e em sentido amplo, referem-se ao modo de governança do Estado, já no sentido restrito se refere as outras dimensões da vida social. Essa ótica é prevista nas ideologias foucaultianas, revelando que o poder não possui localização e nem sujeitos específicos, pois é deliberado por quem dele se apodera.

Contido em Vigiar e Punir de Foucault (2007), a palavra poder nos remete a força, seja essa física, advinda do mundo natural, concreto e objetivo, seja ela metafísica, ou seja, advinda do mundo das ideias, subjetivo. Com isso, o poder é exercido por quem dele se apodera e usa, pois não basta tê-lo, mas dar uso a ele, pois aquilo que o concretiza está no fato de haver um valor de uso do mesmo.

Logo, o poder não advém somente do político ou do econômico, mas das diversas relações sociais que dele se utilizam, nas diversas ideologias pregadas e nas palavras ditas ou que são deixadas de dizer. A cidade é assim composta, por palavras lançadas, por ideologias bem fixadas, esconde e revela o poder (FOUCAULT, 2007).

Se o que queremos estudar advém do social, pois a cidade é uma construção social, nosso estudo tem como recorte o poder em seus moldes no âmbito social, ou seja, nas relações humanas, especialmente no meio onde ele mais se intensifica, no urbano.

No urbano é necessário deter poder para construir espaços e expressá-lo através disto. Deter o poder, determina uma ação. Com isso, uma definição simples do que seja esse poder, está em Aranha & Martins (1993), onde:

“(...) genericamente o poder pode ser compreendido como sendo a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. Portanto, supõe dois pólos: o de quem o exerce, e o daquele sobre o qual o poder é exercido” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 223).

Poder é exercido e ao mesmo deliberado por quem o exerce, ou seja, é poder do homem sobre o homem, sendo este o sujeito e o objeto do poder social, que ocorre tanto no âmbito familiar (o poder que um pai exerce sobre um filho), quanto no âmbito do governamental

que um Estado exerce (o poder do Governo de um Estado sobre seus cidadãos) (BOBBIO, 2009).

Foucault (2007), defende que o poder é que regula as práticas sociais, contendo em si o caráter disciplinar, ou seja, nos disciplinando para sermos exatamente como classes que dominam e se alternam no poder, quer que sejamos. Bobbio (2009) denota que aí estão contidos duas formas de poder, sendo o primeiro um poder potencial, que tem a capacidade de determinar o comportamento dos outros, mas ainda não está objetivamente concretizado e um poder atual, que é o poder em exercício, determinando as ações dos outros. Um é exercido pela classe dominante que detém o poder atual e o outro é exercido pela classe que almeja o poder e o detém para conseguir, sendo um poder com potencial de chegar a ser dominante.

Já para Lefebvre (1969) o poder está contido também nas práticas espaciais, ou seja, na construção do espaço por meio de poder, pois as práticas espaciais regulam a vida, de forma que estas não criam a vida em si, mas a partir de uma construção social, tecem relações com o poder e a vida. Sendo assim, o espaço não detém poder nele mesmo, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais, pois o fator social que, com suas nuances, revela as contradições inerentes ao espaço urbano é que regula as práticas espaciais de construção do meio social, principalmente no meio urbano.

O poder do Estado capitalista fora ampliado pós advento da Globalização econômica a que acometeu os Estados contemporâneos a partir da década de 1980, levando a uma diminuição do tempo de produção e de circulação do capital e, conseqüentemente um reflexo nos processos caóticos que impedem o desenvolvimento urbano qualitativo, pois a relação entre urbanização e acumulação capitalista gerou fatalmente um inchaço das cidades e uma má administração desse espaço por parte daqueles que absorvem o espaço natural e o transformam em espaço urbano (LOJKINE, 1981). Esse aspecto será tratado mais adiante, visto que são vários os grupos construtores de tal espaço.

Entretanto, o poder está relacionado a força, não necessariamente física, mas moral, intelectual, relacional, ou seja, presente nas relações humanas, as cidades surgiram como centro de um poder construído historicamente pelo social, inerente ao humano. São as cidades que revelam onde estão presentes as relações de poder que intensificam e se expandem no espaço, atingindo não só as urbanidades, mas as ruralidades, ou seja, mesclando urbano e rural, fenômeno contemporâneo estudado por diversos autores, como Martins (2010) e Xavier (2011). Sendo que, cabe comentar que, o rural quase em sua totalidade dependente do urbano,

apresenta um maior grau de dependência do urbano, visto que há uma globalização econômica como forma de poder (HABERMAS, 1989).

Convém ressaltar que há urbanidades no meio rural, por exemplo, grandes indústrias que nele surgem, e também ruralidades em meio ao urbano, pois com o passar do tempo, está se tornando mais difícil delimitar o rural e o urbano (SILVA, 1999). Para tanto, Lefebvre (1969) chama de trivialidades sociológicas, onde:

“(...) convém lembrar para mostrar suas implicações. Entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de **ruralidade** “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), (...). A relação “urbanidade-ruralidade”, portanto, não desaparece; pelo contrário: intensifica-se, (...) (Grifo do autor) (LEFEBVRE, 1969, p. 17)

Com isso, essa miscigenação urbano-rural, revela o poder do urbano sobre o rural, pois o urbano detém serviços, capital e fluxo de pessoas, sobrepondo-se ao rural, que passa a necessitar do urbano. Cidade e campo, rural e urbano, aqui e ali se tornam conflitos e aparecem no tecido urbano aquilo que se queria esconder (LEFEBVRE, 1969).

Para Habermas (2003), haveria dois tipos de poderes, revelados principalmente em sua teoria comunicativa, aos quais ele defende que sejam o poder administrativo e o poder comunicativo, os quais permeiam um mundo globalizado economicamente, onde há uma “guerra” de cidade contra cidade (é a minha cidade e meu rural que pertence a minha cidade). Haveriam contradições entre essas formas de poder permeando o meio urbano, sendo que essas mantêm a sociedade em constante aperfeiçoamento, pois se não houvessem contradições, não haveriam lutas e entraves que visam melhorar o meio social.

Estas são contradições e ambiguidades da sociedade, que se entrelaçam e remoldam por meio de quem exerce o poder as relações sociais, está presente num diálogo relacionando as ambiguidades difusas no espaço social e as contradições, revelando que advém inerentemente de um poder comunicativo. São também contradições e dualidades presentes no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção que revelam esse poder comunicativo. Vale lembrar que relações entre forças, são relações entre poderes (LEFEBVRE, 2006).

Foucault (1999) afirma que o poder está presente em tudo e expresso principalmente por meio das palavras, do que é dito, ou seja, a palavra é alvo do exercício de poderes que a controlam, portanto os poderes não incidem apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras. Isso ocorre porque o discurso é também objeto do desejo, sendo que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo

qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos apoderar-nos.” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Sendo assim, o poder como uma prática social e constituído historicamente, revela que as práticas ou manifestações de poder variam em cada época ou sociedade.

Diferentemente de Foucault, que acreditava que o poder está em toda parte, Arendt (2003), acredita que o poder é um fenômeno relacional, sem que esse esteja travestido por um homem, classe ou instituição, pretendendo compreender suas relações apenas na esfera política. Com isso, Arendt limitou-se no estudo do poder ao prescrever sobre a condição humana, como sendo uma condição política, baseada principalmente naquilo que Aristóteles defendia (HERB, 2013).

## **2 – O PODER E SUA RELAÇÃO COM O HUMANO**

Nesse enfoque explanado anteriormente, o poder, de acordo com as teorias mais contemporâneas (Habermas, Foucault, entre outros) não é algo que você possa olhar e dizer: É isso! Tampouco o poder se realiza dentro de uma relação individual, sendo que este têm mecanismos que, por meio de normas, legislações entre outras formas, que firmam um pacto entre quem demanda poder e quem deve obedecê-lo, revela que deve haver no mínimo duas pessoas para que pelo menos uma delas possa exercer poder sobre a outra.

Há um processo e uma relação que levam o poder a ser como tal, seja ele exercido por força física ou força moral, sendo o poder um processo social de construção do consenso. Portanto, nenhum conceito de poder seria completo se não levasse em consideração o contexto social. Com isso, Foucault (2007), defende que, até mesmo as definições de poder em ciências exatas estariam submetidas a um vislumbre social deste.

O contexto social e sua história delegam poder a um ou a outro indivíduo/grupo. Sendo assim, para Weber (1991) “(...) poder significa toda probabilidade de impor a vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1991, p. 16). O mesmo complementa que:

“O poder, isto é, a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada, pode assentar em diferentes motivos de acatamento: pode ser condicionado apenas pela situação de interesses, portanto, por considerações teleológico-rationais das vantagens e desvantagens por parte de quem obedece. (...)” (WEBER, 1986, p.3)

Impor parece-nos algo pejorativo, mas impor é inerente ao poder. Logo, impor não deve ir além da tarefa do poder, que é servir. Esse servir do poder, por meios sociais e humanos, tem de ser ético.

O poder que se serve a si mesmo ao invés de servir, não serve, sendo deletério, maléfico e negativo. A tarefa do poder é servir. Esse é o poder bom. A política é feita na igreja, no supermercado, na família, ou seja, aquilo que é inerente do cidadão e da polis. Se eu transfiro poder, não fico isento da responsabilidade de cidadão (CORTELLA; RIBEIRO, 2010).

Já que o poder bom é o que serve, outra questão se levanta: deter o poder e agir é algo ético? Ao passo que, com base em Weber, respondemos que essa probabilidade de impor vontades nem sempre é boa para ambos os lados. Quem delibera poder nem sempre faz do seu agir com ético, tornando-se um agir não-ético aos olhos de quem está debaixo da ação desse poder. Por isso, ter poder para agir, nem sempre é agir com ética (FOUCAULT, 2007).

Cabe ressaltar que o uso do poder pode levar a humanidade a seu sucesso ou a sua ruína, ou seja, se os conflitos forem tratados, todas as contradições, ambiguidades ou mesmo dualidades serão ao menos sanadas e por fim, podendo ser resolvidas e uso do poder, bem empregado. Se os confrontos se multiplicarem, poucas serão as chances de solução. Confronto deteriora, pois destrói, conflito é para ser resolvido, pois na tentativa de resolvê-lo a humanidade melhora e evolui (BARROS FILHO, 2002).

Nessa discussão incorre-nos que a ética é inerentemente social, ou seja, humana. O que nos diferencia do mundo animal? É que lá o poder é sem ética, é uma questão de destreza, habilidade, agilidade e no humano o poder é exercido com ética (não posso fazer tal coisa, pois tal pessoa não gostaria, mesmo que eu possua o poder). Logo, a ética é, na atualidade, um acordo sobre como queremos conviver. Logo, a cidade traz proximidade entre indivíduos e no exercício do poder, quase sempre há protuberâncias, tornando a convivência e a construção de um espaço urbano ético, com menos diferenças sociais, uma utopia.

Há portanto uma guerra entre possuir poder e agi-lo com ética. A ética é uma forma de viver, racional, moral e humana. Já o poder existe tanto no mundo animal na natureza, quanto nas relações humanas, diferenciado pela ética, presente na moral humana, pois sem essa, seríamos como os animais e segundo Hobbes, estaríamos num Estado de Violência, de todos contra todos, onde não haveria espaço para as relações humanas, comercio, capitalismo, cidades, shopping... (CORTELLA; RIBEIRO, 2010)

Sendo assim, o poder com carga subjetiva humana, é exercido com ética, pois sem a ética estaríamos num "Estado de Natureza" onde o que imperaria seria a força física animal. Portanto, o exercício do poder na sociedade é temperado com a ética. Existe, portanto, um paralelismo, ou seja, buscar-se a satisfação de todos os desejos, que é a busca de todo exercício de poder, mas as condições sociais em que isso pode ser feito, que é a ética, não permite que o façamos a nosso bel prazer (CORTELLA; RIBEIRO, 2010).

Embora haja poder entre os animais, nos torna pertinente analisar o ser humano, irradiador e alvo do poder, como um ser que deseja e influencia para poder. Esse se dá nas relações políticas do ser humano. Política é aquilo que se exerce pelos cidadãos, e como tal, há um exercício de poder, poder atual segundo Bobbio (2009), ou seja, não foi nem vai ser, mas é e deseja influenciar. Afinal, todos na cidade querem influenciar, desde aqueles para os quais damos menor importância, como um catador de lixo até os grandes empresários, o primeiro com menor poder e o segundo com maior.

O poder quer influenciar, o poder quer ser, o poder quer agir, mas ele não é um ser vivo, mesmo parecendo ser, ele é apenas exercido por quem o detém e possui essa probabilidade de agir conforme aquele que o possui e o delibera, por meio de seu aparato racional e subjetivo. O poder procura quem o lidere, ou seja, quem lidera demanda poder, tem probabilidade de agir e impor vontades, sejam elas dirigidas por uma sociedade que o influencia, ou subjetiva, sem consentimento com o mundo exterior (DANTAS, 2013; ARENDT, 2003).

Dantas (2013), revela em seus estudos sobre a maneira como se portam os indivíduos que aspiram liderar (ou seja, exercer poder), que o ser humano como sendo um ser desejante, possuidor de aspirações, possui em seu "DNA moral" motivações geradas a partir de quatro verbos: ser, ter, existir e influenciar. Como humanos, todos querem deixar um legado, ser reconhecido por algo que foi ou fez, ter poder ideológico para tal é premissa básica para ser, ter, existir e influenciar.

Quando French e Raven (1959) lançaram as bases do poder social, induziram que a influência de um indivíduo sobre outro resulta em dois componentes, o qual seja a força para mudar a ação do outro indivíduo e uma resistência para que sua ação não seja mudada, permanecendo na direção que o indivíduo detentor do poder deseja. (MENDONÇA; DIAS, 2006)

Tal pensamento revela que o ser humano tem desejo de poder, busca o poder, muito embora não o domine muitas vezes e nem saiba como usá-lo quando o adquire, usando de forma deliberadamente irracional muitas vezes, defendendo sua própria concepção política.

Sendo assim, influenciar supõe poder, e influenciar se dá por meio de relações de poder que os indivíduos desenvolvem ao longo de uma construção de fatos, acontecimentos e ações. A cidade é uma construção de fatos. Fatos são história. A cidade é historicamente construída em seu espaço objetivo e em sua linguagem subjetiva. (FOUCAULT, 2007; LEFEBVRE, 2006)

### **3 – AS RELAÇÕES DE PODER**

Para tanto, nos é cabível ter o entendimento de que o humano, ser social, irradiador, difusor e que usufrui do poder, constrói suas relações por meio dele e pautadas nele, como pudemos perceber nesse dialogo anteriormente traçado.

Sendo assim, cabe ressaltar como ocorrem as relações de poder que são exercidas socialmente, se dão de diversas formas, ou seja, são híbridas. Com efeito, como se apercebeu, essas relações de poder nas relações humanas, são inerentemente, mecanismos do poder, pois Foucault (2009) revela que,

“(...) os mecanismos de poder são muito mais amplos que o simples aparelho jurídico, legal, e que o poder se exerce através de procedimentos de dominação que são muitos numerosos.” (MARÇAL apud FOUCAULT, 2009, p. 253)

E ainda completa que,

“(...) as relações de poder são aquelas que os aparelhos de Estado exercem sobre os indivíduos, mas é também a que o pai de família exerce sobre sua mulher e seus filhos, o poder que o médico exerce, (...)” (MARÇAL apud FOUCAULT, 2009, p. 253)

Essas relações de poder não podem ser medidas com exatidão, pois o elemento social que as compõe é dinâmico e muda tão logo os ideais sociais são melhorados, pois,

“Estas relações de poder, apesar de sua complexidade e diversidade, conseguem se organizar em uma espécie de figura global. Poder-se-ia dizer que é a dominação da classe burguesa ou de certos elementos dela sobre o corpo social. Mas não [vem só] da classe burguesa ou de tais elementos da burguesia que se impõem ao conjunto destas relações de poder. Digamos que ela se aproveita delas, que ela as utiliza, que elas as manobra, que ela tenta intensificar certas dessas relações de poder ou que ela tenta, ao contrário, atenuar outras. Não há, portanto, um lugar único de onde saíam como por emana-

ção todas essas relações de poder que, afinal, tornam possível a dominação de uma classe sobre a outra, de um grupo sobre outro (...)” (MARÇAL apud FOUCAULT, 2009, p. 253-254)

Esse jogo de classes que se apoderam de objetos e ideologias é o principal quesito transformador do meio urbano e por meio do qual o ser humano evoluiu, saindo da vila ou aldeia para um mundo de cidades e redes emaranhadas que as ligam e demonstram o poder que cada uma possui. Tendo sido cercado o primeiro pedaço de terra, surgiu segundo Rousseau as bases da sociedade civil, que culminou nessa diferenciação das classes e do poder por cada uma exercido.

Por isso, sem relações de poder estaríamos vivendo nus em alguma floresta tropical (ou não, pois são só deduções que fazemos), como a maioria dos animais, ou seja, chegamos à conclusão que o processo histórico gerou o poder no âmbito social, por meio da construção de ideias. Sendo assim, cabe ressaltar que há uma dialética entre o novo e o velho, gerando um poder histórico, sendo que o poder é inerentemente político. Se houvesse um único humano, não haveria por que de ser, ter e existir o poder, pois seria um poder que serve a si mesmo (CORTELLA; RIBEIRO, 2010).

É bom lembrar que, não há nada de novo no que se foi escrito, mas uma dialética do que se construiu histórico-socialmente. O poder e suas relações com o social, principalmente no âmbito urbano é assim escrito.

As relações de poder sempre geram conflitos e confronto com a sua práxis, e essas por sua vez existem por que somos humanos no plural, se fosse um humano, não haveria necessidade dessas relações. Confronto é a tentativa de anular a outra pessoa, a outra ideia, ou seja, busca-se vencer e não convencer. Conflito é parte inerente a convivência, busca-se convencer, elevando a discussão, melhorando a sociedade. É uma construção processual histórica da humanidade (BARROS FILHO, 2002).

As relações de poder em uma cidade podem ser vistas quando um catador de papelão não poder ir a um teatro por causa da posição social que ocupa, quando que um empresário tem total liberdade de ir por que possuir um tipo de poder, o econômico, que aquele primeiro indivíduo não possui.

É aqui que percebemos haver de forma escancarada essa relação anteriormente explanada. No mundo grego se pregava uma sociedade democrática, mas que escravos não podiam ter total participação, hoje temos que, por conta de uma globalização econômica, aqueles que



não possuem poder de capital, possuem menor voz, por sua vez, menor poder social (HABERMAS, 1989).

Por fim, as relações de poder servem a sociedade, e não a sociedade é servida por elas. O urbano é um espaço de contradições e conflitos, quando não, de confrontos, justamente pelas relações de poder que tentam impor ao invés de servir o meio social inerente desse espaço estudado (CORTELLA; RIBEIRO, 2010).

Agora passaremos a discutir sobre os agentes de transformação do espaço urbano, que por meio de uma construção histórica desse espaço, possuem poder de remodelação e uso desse espaço.

## CAPÍTULO II – O PODER NAS FACETAS URBANAS

### 1 – A CIDADE E OS CIDADÃOS: GÊNESE DO PODER URBANO

*“É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. (MARICATO, 2001, p. 51)*

O que pretende discutir são as formas de poder no meio urbano por meio das estruturas de construção desse espaço e das classes que nele estão presentes, exercendo o poder de construir nesse espaço objetiva ou subjetivamente.

A cidade é a concentração máxima do poder humano, pois a mesma centraliza e direciona fluxos de diversos níveis, defendia Lefebvre antes de morrer em 1991, por meio de suas diversas obras e seria ela, em seu livro *A Revolução Urbana*, que nos levaria a uma sociedade urbana, ou seja, a urbanização completa da sociedade.

Sendo assim, o espaço urbano, pode ser abordado, como qualquer outro objeto social, segundo um paradigma de consenso ou de conflito. Consenso no sentido de normalidade, ligado a visão de natureza, onde o urbano é resultante da vitória dos mais fortes e conflito no sentido de que são eles que revelam uma possível mudança do contexto social (LEFEBVRE, 2006).

O espaço urbano, que para Corrêa (1995) é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, atualmente é um espaço diferente daquele das Ágoras, constante da polis grega, mas que sem esta não existiria na contemporaneidade.

Sabemos que vários autores desde Aristóteles tem defendido que a cidade é a união de muitos cidadãos, conforme se percebe em uma citação do seu livro *A Política*, sendo que ela é um lugar de discurso, relações políticas, sociais e de poder como vimos anteriormente.

*“(...)Uma vez que a cidade-estado pertence às coisas compostas, como qualquer outra de todas as que são constituídas de muitas partes, é evidente que se deve buscar primeiramente conhecer o cidadão. Com efeito, a cidade-estado é uma grande quantidade de cidadãos. (...)” (MARÇAL apud ARISTÓTELES, 2009, p. 75)*

A cidade é alvo de vários discursos e um fim, onde se tem as discussões, cercada de decisões que deliberam poder de quem exerce para quem se aplica, pois o ser humano, esse ser político defendido primeiramente por Aristóteles, conforme observamos na citação a seguir, tem na cidade a resolução de seus conflitos e entrava confrontos.

“(...) e que o homem, por natureza, é um animal político. (...) É evidente por que razão o homem é animal político mais do que toda abelha ou animal (...) E dos animais somente o homem tem a palavra.” (MARÇAL apud ARISTÓTELES, 2009, p. 73)

Como surgiram as cidades? De onde elas vieram? Perguntas como estas tem intrigado teóricos como Benevolo, Habermas, Lefebvre e outros. Para tanto, devemos pautar a cidade primeiramente como lugar onde o poder se dá e um lugar que o mantém, visto que surgiu pelo agir humano.

Sendo assim, inicialmente, o ser humano uniu-se em grupos, formado por sua família, entidade conhecida como sociedade patriarcal, mas com o tempo ele foi se fixando e regras de convívio foram surgindo, dando início ao surgimento das cidades (BENÉVOLO, 2005).

As cidades, tiveram suas bases lançadas a pelo menos 5.000 a.C., principalmente em lugares com rios próximos, como centros de poder, como é o caso da china, no rio Amarelo, da Índia, no rio Indo, do Egito, no rio Nilo, entre outras que bem conhecemos quando estudamos história antiga. (BENÉVOLO, 2005).

Hobbes (2003) relata no *Leviatã*, em uma visão de natureza, que se não houvessem leis e consensos entre seres humanos, haveria uma guerra de todos contra todos, e Rousseau (1999) afirma que o primeiro que cercou um pedaço de terra e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar fundou a sociedade civil que evoluiu até chegar como a conhecemos atualmente. Tais pensamentos da era moderna, revelam que o poder é anterior ao ser humano, logo, quem dele se apoderou primeiro, pode cercar-se de pessoas que obedeciam a esse poder deliberado, iniciando uma comunidade, que posteriormente evoluiu até chegar a tal ponto, que surgiram as cidades.

Com isso, após ter passado o tempo e reservadas as suas devidas proporcionalidades, surge a polis grega, citada e defendida por Aristóteles anteriormente como sendo uma cidade-estado, da qual muitos autores da modernidade (Hobbes, Morus, Rousseau, entre outros), tem se referido como a cidade grega, a polis, sendo ela o mais bem estável formato de cidade.

Em suas fases iniciais, as cidades comandavam os seus arredores, e dificilmente alcançavam grandes proporções ou formavam grandes espaços de dominação, sendo chamadas por Aristóteles de Cidade-estado, o que de fato formavam, um Estado, em suas primeiras formas.

Ao pesquisar sobre a origem e formação do Estado, Dallari (1987) afirma haver dois grandes grupos, onde um defende teorias de formação natural ou espontânea do Estado, ou seja, o Estado não se formou voluntariamente ou por coincidência, mas naturalmente. O outro grupo defende uma formação contratual dos Estados, ou seja, a crença de que foi da vontade de alguns homens ou todos, a criação do Estado.

Aqueles, balizados por uma visão de natureza, que defendiam a formação espontânea dos Estados (principalmente, cidades, pois é dela que são formados os Estados modernos), era algo natural e inerente ao ser humano, o ser político a que Aristóteles se referia. A finalidade da cidade então, seria evoluir até chegar a grandes proporções, e reservadas suas muitas implicações, não deixa de ser verdadeira a afirmação de Lefebvre (1969), de que haveria, enfim uma sociedade urbana.

Ao explicar sobre a finalidade da cidade, Aristóteles (1999) considera que cada cidade é uma comunidade política estabelecida e baseada em uma ordem para um bem, que é a proteção de seus cidadãos e a garantia de que esses participem da vida política na cidade. Essa ideologia inicial de cidade defendida pelos gregos deu ordem ao mundo moderno e tem deliberado, reservada suas escalas, as cidades da contemporaneidade.

Arendt (2003) observando essa participação na vida política da cidade, denominou-a de “vida activa”, ou seja, a participação plena dos cidadãos na polis.

Benévolo (2005) defende a polis como algo dinâmico, mas estável, e numa visão de natureza, como sendo algo que cresce em equilíbrio com esta, de modo controlável ainda que atinja grandes proporções. Logo, ele nos apresenta a cidade da Grécia antiga como modelo urbano para o mundo, onde se discutem os conflitos, evitam-se confrontos, enfim, onde o papel político do cidadão é exercido por todos.

As características que Benévolo prega não passam longe daquilo que hoje conhecemos como cidade sustentável. Sendo assim, se o modelo de cidade grega fosse seguido, não haveriam cidades com pouco ou nenhum planejamento, visto que no Brasil, por exemplo, houve uma urbanização mais agressiva que em países europeus, pois aqueles tiveram desde a Primeira Revolução Industrial (século XVIII), um crescimento mais lento e gradual de suas cidades, abrindo espaço para melhor as planejarem.

Visto que para o Brasil essa história de urbanização é recente, é mais dificultoso incutir a ideologia de cidade onde todos têm uma “vida activa”, agindo como construtores e feitores da história de um determinado espaço urbano, quer seja uma cidade ou um bairro da mesma.

Nossos alunos têm ouvido falar muito de cidadania, mas pouco se tem esclarecido como naquilo que está contido no que se descreveu anteriormente, logo por que há um discurso que disciplina por trás daquilo que se prega que é ensinado e daquilo que realmente é ensinado, de acordo com aquilo que Foucault chama de poder disciplinar.

O que se cria então, são cidadãos alienados pelos modismos contemporâneos que são criados com esse intuito, o de formar uma massa para trabalhar, não pensante e que esteja à mercê das classes dominantes, sendo guiados por uma mídia que corrobora com essa afirmação. Fala-se em democracia, mas não há uma democracia na mídia, imposta por pessoas além do cidadão. (FREIRE, 2001; FOUCAULT, 2006).

A mídia por sua vez compõe um espaço abstrato no meio urbano, aos quais as classes dominantes se apoderam com a intenção de manter seu poder sobre as classes sociais excluídas, visto que:

“As classes dominantes se apoderam do espaço abstrato à medida de sua constituição (que resulta de sua ação política mas não se confunde com esta ação); dele elas se servem como de um instrumento de poder, sem omitir todavia os outros usos: a organização da produção e dos meios de produção, o lucro.” (LEFEBVRE, 2006, p. 245).

Essa finalidade da classe dominante acoberta a verdadeira função de todo cidadão. Fala-se em igualdade, mas a verdade é que, no dito popular, alguns são mais iguais que outros. Sendo assim, Freire (2001) tem em sua visão que cidadão é aquele que interage em sua totalidade com a cidade, nos convindo aperceber o que é cidadão, na visão deste:

“(...) que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão.” (FREIRE, 2001, p. 25)

Sendo a cidade, uma grande quantidade de cidadãos, sem os quais não haveria cidade, se tais estivessem dispersos, convém que a cidade disponha de aparatos que a sustentem, sendo o poder a massa cimentante que une-a e o espaço é o objeto de disputa desta e onde se colocam os valores de uso e troca (LEFEBVRE, 1969).

São esses cidadãos, divididos nas estruturas que conhecemos como classes sociais que produzem o espaço urbano e que nele deliberam poder, por meio do capital. Mas o poder no

meio urbano não se dá só por meio do capital, embora esse seja aquele que dá maior ênfase ao poderio de certos indivíduos, há outras relações, sejam elas por meio das palavras ou por meio de uma ação comunicativa, sejam elas por meio de ações políticas ou sociais. (HABERMAS, 1989)

Para tanto, há um poder deliberado através daquilo que se convencionou chamar de democracia contemporânea, pois esta é diferente das formas democráticas que se aplicavam ao mundo grego antigo, visto que Aristóteles em *A política* defendia até mesmo o direito de se possuir escravos, algo que hoje, com a evolução da organização do trabalho se tornou algo primitivo e ultrapassado. A palavra escravo muitas vezes, atualmente, chega a adquirir um conteúdo pejorativo.

Reservadas suas características, a ideia principal permanece, ou seja, cidade é um ajuntamento de cidadãos. Sendo assim, Freire (2001) defende que há um poder em ser cidadão, mas que não é exercido.

Sendo assim, Lefebvre (2006) revela que a cidade é construída pelos cidadãos e pelo poder que cada um detém, e mais, é construída por quem aplica e transforma em ação prática tal poder, o qual emana do social. Portanto, há muitos construtores do espaço urbano e poucos sabedores de tal noção. Há muitos agentes de transformação desse espaço e poucos que o saibam a fim de que o façam com zelo e correta postura, ou mesmo que o saibam a fim de contemplá-lo quando nada podem fazer.

Os cidadãos, diversas classes sociais (políticos, comerciantes e empresários, Estado, promotores imobiliários, entre outros), deliberam poder uns sobre os outros de formas diversas, as vezes harmoniosa, as vezes conflituosa, construindo espaços sobre significados e significantes, conforme nos lembra Lefebvre (2006):

“É preciso que o espaço, ao mesmo tempo natural e social, prático e simbólico, apareça povoado (significante e significado) de uma “realidade” superior, por exemplo, a Luz (a do sol, da lua, dos astros), oposta às trevas, à noite, conseqüentemente, à morte, luz identificada ao Verdadeiro, à vida, portanto, ao pensamento e ao saber, e, por mediações incertas, ao poder existente.” (LEFEBVRE, 2006, p. 37).

## **2 – OS AGENTES CONSTRUTORES DO URBANO E O DIREITO À CIDADE**

Lefebvre (1969) identifica o direito à cidade com o direito à vida, pois reivindica uma cidadania integral para todos os habitantes da cidade, algo que defende em seu livro, *O direito*

*à Cidade: o fenômeno urbano – sentido e finalidade da industrialização. O principal direito do homem.* Essa cidade é um espaço em construção, visto que para ele haveria uma época em que o capital e a cidade industrial passariam a ser uma sociedade urbano, global e conectada. Sendo assim, todos viveriam na cidade, administrando o rural, que serviria de apoio à cidade.

Contudo, para haver essa sociedade urbana, precisam ser vencidas os enclaves urbanos e sociais, ou seja, ocupações irregulares, falta de saneamento básico, enfim, para Lefebvre seria uma utopia, pois, assim como na visão da polis, anteriormente explicada, sendo uma cidade sustentável e com cidadãos participantes e tudo funcionando perfeitamente, também é a visão deste, mas com uma dialética mais apurada, visto que o ideal de Aristóteles era primitivo e inicial para essa discussão.

Mas que direito é esse que um cidadão, enquanto morador da cidade detém como forma de poder, deliberado pela democracia contemporânea? Com o que vimos até aqui já responderíamos parte desse questionamento, mas ainda falta uma parte. De onde vem esse direito?

Portanto, todos tem direito à cidade, uma vez que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, baseada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que diz em seu Artigo 17º que “Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização (...)”

Esse é o poder que vem desde o Estado Moderno e penetra na atualidade, bem fixada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, o de todos possuírem sua propriedade privada, ou seja, transliterado por Lefebvre (1969), como sendo um direito de todos o acesso à cidade.

Contudo, na cidade é o lugar onde mais se acentuam (geram conflitos) as relações de poder, talvez por causa da proximidade dos cidadãos, dos centros decisórios e de serviços, bem como dos setores administrativos que compõe um Estado. É onde há conflitos, por exemplo, quando do acesso a moradia, pois muitos vivem em condições insalubres e em muitas ocupações irregulares, as quais convencionamos chamar de favelas. (LEFEBVRE, 2006). Esse panorama gera incongruências urbanas, as quais se queiram esconder e que:

“(...) Aqui ou ali, as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o “tecido urbano”. (LEFEBVRE, 1969, p. 17)

O que se quer esconder também é objeto do poder, que constrói o espaço (natural e social, prático e simbólico) e o destrói, para o reconstruir novamente ao seu bel prazer, em estruturas objetivas e simbólicas da classe que está no poder, seja ele atual ou com proeminência para vir a se tornar poder atual. Sendo assim:

“A construção da cidade prepara e determina a ocupação do território, sua reorganização sob a autoridade administrativa e política do poder urbano. As ordenações as estipulam descrevendo os sítios de fundação. Daí resulta uma hierarquização rigorosa do espaço, em torno do centro urbano.” (LEFEBVRE, 2006, p. 124)

Lefebvre revolucionou os estudos urbanos quando formulou uma teoria relacionada a uma práxis e a uma metodologia de abordagem da cidade. Há uma estrada que é percorrida até que haja uma sociedade urbana, que três campos distintos para ele, ou seja, o rural, o industrial e o urbano. Haveria uma transposição do industrial para a sociedade urbana, com o acúmulo populacional, grandes cidades, originando rede de cidades, com uma delas concentrando o poder, organizadas na tríade, trocas, comércio e capital.

“(...) a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrimo as remanescências da cidade anterior à indústria. (...) (LEFEBVRE, 2004, p. 26)

Ou seja, para que haja a tal sociedade urbana que Lefebvre defendia, ainda há uma estrada a se percorrer, fazendo com que a cidade exploda para as periferias. O que vemos ainda são serviços concentrados principalmente em áreas centrais nas cidades, mas Lefebvre afirma que haverá uma expansão para as periferias. Havendo uma maior conscientização dos cidadãos, haverá melhora na cidade, ou seja, o poder democrático usado de forma coerente e não apoiado em mídias que favorecem grupos de alta renda.

Dessas considerações e ponderações retiramos a conclusão que, esse espaço construído pelas classes no poder, colocam o centro como alvo delas, “arrastando” e “arando” as classes de menor poder (Político e Econômico) para as periferias, as vezes deixando espaços vazios por conta da especulação imobiliária, distanciando ainda mais os cidadãos dos centros decisórios e por meio de suas políticas midiáticas, os deixando alienados e jogados de uma lado para o outro pelo Poder Público, os quais Lefebvre (2006) firma que são velados por sua transparência ilusória, ou seja, o verdadeiro “sujeito”, que é o poder estatista (político).

“A orgulhosa verticalidade das casas-torres, dos edifícios públicos e sobretudo dos prédios estatais inclui no visual uma arrogância fálica, ou melhor, falocrática; ela se exhibe, se faz ver, mas para que nela cada espectador per-



ceba a autoridade. O vertical e a altura sempre manifestaram espacialmente a presença de um poder capaz de violência.” (LEFEBVRE, 2006, p. 85)

Sendo assim, existe uma ordem próxima, mas que as vezes se torna distante, ou seja, a decisão está próxima, mas escondida em prédios altos, salas de reuniões, câmaras legislativas, onde aquilo que é falado não poder ser ouvido por todos, ensurdecendo os ouvidos do cidadão e acobertando um poder que se disfarça de terno e gravata, construindo o espaço no seu ritmo e não no do indivíduo urbano, morador da cidade.

Com isso, a apropriação do espaço urbano por esse morador da cidade (o cidadão), além do valor de uso e do valor de troca, se dá também pelo poder econômico, mas também se dá por aquilo que Lefebvre chama de Ordem Próxima (valor de uso) e Ordem Distante (valor de troca), esta última com poder de coagir a primeira, ligada a especulação imobiliária e ao poder de construção do espaço, sendo a cidade uma “mediação das mediações”. (LIMONAD, 2003)

Mediação das mediações. É nesse sentido que esses grupos sociais atuam, por entre as mediações e fissuras que estes abrem na produção do espaço. Nesse sentido que olhamos pejorativamente quando identificamos um catador de papelão como um cidadão, que produz seu espaço, em ocupações irregulares, visto que não possui poder econômico e seu poder aquisitivo está aquém de poder comprar um terreno e construir sua casa, visto que há um caráter predatório na ação dos promotores imobiliários, presente até no próprio agir do Estado.

Mas onde está esse poder de construção do espaço urbano? Quem são esses agentes construtores do espaço urbano? A resposta é claro, está nas diversas classes sociais que dele se apoderam construtiva e historicamente, travestidos e revestidos dele, algo que veremos a seguir.

Para definir quem são os agentes construtores desse espaço de poder, que é o espaço urbano, recorreremos a Corrêa (1995), o qual divide e sistematiza em cinco categorias: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Quadro 03).

Uma vez que, o espaço é organizado através do centro, esse “espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios.” (LEFEBVRE, 2006, p. 9). Para tanto o espaço urbano é organizado numa divisão que parte do centro para as periferias, surge uma “hierarquia dos espaços ocupados onde as classes sociais se investem e se travestem.” (LEFEBVRE, 2006, p. 9)

Esse poder urbano por meio prática espacial, que consiste na construção do espaço urbano pelo espaço social, é refletido na forma como se dá a distribuição dos grupos sociais pelo tecido urbano, de modo que,

“Ademais, a prática espacial consiste numa projeção “no terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado. (LEFEBVRE, 2006)

### QUADRO 03: AGENTES SOCIAIS NO URBANO SEGUNDO R. L. CORRÊA

Agente Social	Descrição
Proprietários dos meios de produção	Grandes industriais, empresas estatais
Proprietários fundiários	Proprietários de grandes quantidades de terra.
Promotores imobiliários	Valor de uso e de troca, especulação imobiliária.
O Estado	Legislação e organização espacial
Grupos sociais excluídos	Baixa renda (menos de 3 salários mínimos)

Fonte: Corrêa (1995) Org.: Duarte (2015).

Por fim, cabe ressaltar que, essa forma de organizar e construir o espaço, são proposições, não são únicas, mas uma das variadas formas de analisar a constituição do poder social no âmbito urbano. Lefebvre (2006), com relação a essas proposições de estudo do espaço urbano, nos alerta ainda, que:

“Se elas se verificam, é que, em primeiro lugar, existe a verdade do espaço (análise seguida de uma exposição propiciando essa verdade global) e não constituição ou construção de um espaço verdadeiro, seja geral, como pensam os epistemólogos ou filósofos, seja particular, como estimam os especialistas de tal ou qual disciplina científica concernente ao espaço.” (LEFEBVRE, 2006, p. 18)

O espaço se torna significativo para as classes sociais dispersas nele. O poder se traveste nesse significado, o poder político, o poder cidadão, o poder disciplinar, e muitos outros poderes que revestem o campo social urbano. São eles que, utilizados ou subutilizados consomem o espaço urbano. Sendo que,

“(…) O consumo do espaço se dá de modos específicos. Ele difere do consumo das coisas no espaço, mas não se trata de uma simples diferença de signos e significações. O espaço envolve o tempo. (...)” (LEFEBVRE, 2006, p. 265)

Portanto, as classes sociais, fantasiadas nos cidadãos, mesmo no meio rural, mas que consomem o urbano, constroem e reconstróem as cidades, sendo que as conflitualidades evoluem esse espaço e tornam a discussão sobre ele mais aguçada.

Partiremos agora para o ensino desse poder em suas facetas urbanas, e a pergunta é: como ensinar nossos alunos e conscientizá-los acerca do que foi explanado?

### **CAPÍTULO III – PRÁTICAS DE ENSINO DO PODER URBANO**

Como ensinar a nossos alunos que o poder está permeado nas relações urbanas de construção desse espaço sobre o espaço natural e seus agentes construtores? Freire pregava a autonomia dos alunos, para que eles por si próprios descobrissem um mundo novo, mas sem antes aguçar-los a buscar essa descoberta não será possível fazê-los compreender que por trás de cada esquina, prédio, poste iluminado e as árvores de uma cidade há relações de poder que governam a forma como ocorrem as ações e reações no espaço urbano e que ditam as regras de um jogo que se chama capitalismo.

O ideal iluminista de educação é que estamos na menoridade e precisamos fazer o uso da razão para sairmos dela (KANT, 2005). No ideal moderno os sujeitos estão se formando nas suas diversas ações sociais que não se dão somente pela educação, mas através dos diversos meios de comunicação, visto que vivemos numa Terceira Revolução Industrial, quem vem desde meados da década de 1950, onde as informações de forma rápida, tem evoluído constantemente e abrindo um novo campo para o conhecimento dos educandos.

Quando se fala de informação, estamos falando das mídias tecnológicas, que estão em seu auge e ainda não atingiram um topo, sendo esse um enclave, visto que o professor em sala de aula tem, muitas vezes, de competir com essas tecnologias, quando não, a exemplo dos celulares, geram conflitos, pelo seu uso errôneo em sala de aula.

O poder como prática social, poder-se-ia estar nas mãos do professor, quando este domina o conteúdo, ou nas mãos do aluno quando este percebe no professor a falta de conhecimento e deixa de dar atenção ao mesmo. Os sujeitos em si são formados por meio de redes de relações de poder, presentes no discurso, nas relações familiares, nas artes, entre outras. Essas relações podem ser ditadas por uma classe, que segundo Bobbio (2009), está com esse poder atual.

Sendo assim, Gadotti (1996), explana que as classes dominantes que detém o poder atual, buscam formar cidadãos não cômicos de seu poder dito democrático, mas camuflado pela mídia, sobretudo a televisiva, esse direito, anteriormente explicitado, pois:

“O diálogo proposto pelas elites é vertical, forma o educando-massa, impossibilitando-o de se manifestar. Neste suposto diálogo, ao educando cabe apenas escutar e obedecer. Para passar da consciência ingênua a consciência crítica, é necessário um longo percurso, no qual o educando rejeita a hospedagem do opressor dentro de si, que faz com que ele se considere ignorante e incapaz. É o caminho de sua auto-afirmação enquanto sujeito.” (GADOTTI, 1996, p. 84)

Foucault (2007) nos lembra que não é só essa “forma vertical” que muitos afirmam perpassar pelas elites que governam e detém alguma forma de poder social, mas que um poder disciplinar e coercitivo utilizado por essas ou aquelas pessoas é que busca manter a ordem por meio de um ensino que visa gerar um sentimento de um poder vigilante com a eminência de um poder soberano observando o cidadão, atrás de cada prédio ou esquina. Pois que, “(...) a disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força das próprias leis. (...)” (KANT, 1999, p. 12)

É por meio dessa disciplina que se busca “humanizar o indivíduo”, muitas vezes tido como um discurso que nada mais faz do que adestrar as pessoas a “serem humanos”, coerente com aquilo que Kant (1996) profere ao dizer que “A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se de seu destino, de desviar-se da humanidade através de suas inclinações animais” (KANT, 1996, p. 12). Sendo assim, foram tecidos esses comentários num viés mais crítico, (não criticando Kant), com vistas a proporcionar uma abertura de mente do educando, com relação ao ensino e ao que ele se apercebe desse no contexto escolar em que está inserido, notando o mundo citadino ao seu redor, como um ambiente de poder.

Ribeiro Filho (2009) levou a constatar que há uma importância de se ensinar o urbano como intuito de conscientização, levando a uma futura ação dos educandos no seu contexto urbano. Sendo assim, em sua análise ele conclui que “A interpretação dos resultados permitiu constatar a importância de se estudar as questões urbanas nas escolas, concomitantemente com outras disciplinas.” (RIBEIRO FILHO, 2009, p.154). O autor percebeu que, houve também, uma interdisciplinaridade, pois além de envolver os alunos filosoficamente, outras disciplinas foram privilegiadas e se teve um aumento qualitativo do ensino.

Com isso, ensinar nossos alunos sobre o poder urbano em nossos dias não se torna uma tarefa demasiada penosa, visto que grande parte da população já vive em áreas urbanas, conforme veremos a seguir. Isto também se deve ao fato de que aqueles que moram no meio rural também necessitam do urbano, pois consomem aquilo que o mesmo pode oferecer, visto que estão inseridos em um modo de produção capitalista. Sendo assim, o urbano, tem poder sobre o meio rural, conforme já nos alertava Silva (1999).

O urbano teve um crescimento que podemos chamar de agressivo em se tratando de Brasil, pois este levou menor tempo que em países europeus para superar o meio rural, os quais vinham se urbanizando desde fins da Idade Média, portanto, algo que para eles ocorreu de forma lenta e gradual. Por exemplo, para melhor visualizar isso, em 1960 a população era de 45% na zona urbana e de 54,9% na zona rural. Já em 2010, a população urbana saltou para 84,4% e a rural diminuiu para 15,6% de acordo com dados do IBGE (2015), sendo que a década de 1970 foi crucial para a passagem do rural para o urbano no Brasil. (Tabela 01).

**TABELA 01: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO BRASIL (IBGE)**

Censo	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)
1960	32.004.817	38.987.526	45,08	54,92
1970	52.904.744	41.603.839	55,98	44,02
1980	82.013.375	39.137.198	67,69	32,31
1991	110.875.826	36.041.633	75,47	24,53
2000	137.755.550	31.835.143	81,23	18,77
2010	160.925.792	29.830.007	84,36	15,64

Fonte: IBGE (2015). Org.: Duarte (2015)

Tal tabela revela também o grande número da população urbana sobre a rural, do qual deduz-se um poder do urbano sobre o rural, visto que vários autores como Silva (1999), Lefebvre (1969), já corroboraram com tal fato, pois “(...) Existe a ruralidade e a urbanidade (a sociedade urbana). Existe o tecido urbano portador dessa "urbanidade" e a centralidade, antiga, renovada, nova. (...)” (LEFEBVRE, 1969, p. 18). Da qual percebemos “ilhas de ruralidade”, mas que pouco interferem no poder que a urbanidade, mesmo em “ilhas” tem sobre qualquer outra forma rural. Conforme Lefebvre nos lembra, o urbanismo passa a se tornar uma prática social global.

Sendo assim, os dados acabam revelando um nível elevado da urbanização brasileira, pois há uma dependência da sociedade contemporânea do urbano não só no Brasil, mas no mundo globalizado economicamente, revelando que nossos alunos dependem principalmente do urbano, mesmo aqueles que estudam em escolas rurais, pois a escola constitui um produto social desigualmente distribuído, visto que ainda carece de melhorias, além de que, é comandado por serviços públicos eminentemente urbanos. (AKKARI, 2001; DUPAS, 1998).

É nesse espaço que se dão as práticas educativas, um dos lugares de atuação do poder disciplinar. Contudo, Freire nos lembra que “(...) Não há prática educativa, como de resto nenhuma prática, que escape a limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos, culturais. (FREIRE, 2001, p. 47). Para isso, ao pensar e ensinar o educando a

pensar, temos que ter o cuidado de não estarmos passando uma ideologia que prejudique o aprendizado do mesmo ou que seja algo cristalizado por uma mídia que busca passar uma ideologia errônea.

Acerca do que é ideologia temos aquilo que Chauí (1994) nos prescreve, como sendo algo repassado por uma classe dominante do plano material, sobretudo os meios midiáticos, com fins de incutir ideias na mente dos indivíduos. Sendo assim,

“(...) A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).” (CHAUI, 1994, p.36).

Contudo, de acordo com Foucault (2007), o poder nem sempre se dá de forma vertical, mas está permeado em meio as relações sociais, as quais são dinâmicas, não estáticas. Portanto, há um uso dirigido do poder de uma classe dominante para fazer valer sua ideologia, quer use ele verticalmente conforme Chauí, quer use ele por meio das relações sociais, as quais estão carregadas, no seu dia a dia, de relações de poder, que se dão, muitas vezes, de formas horizontais.

Ainda, para Chauí (1994), sobre a ideologia, concernente a pessoa que faz uso de uma ideologia, ou seja, uma classe distinta sobre o solo urbano, aos quais chamamos por ideólogos,

“(...) são aqueles membros da classe dominante ou da classe média (aliada natural da classe dominante) que, em decorrência da divisão social do trabalho em trabalho material e espiritual, constituem a camada dos pensadores ou dos intelectuais. Estão encarregados, por meio da sistematização das ideias, de transformar as ilusões da classe dominante (isto é, a visão que a classe dominante tem de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais. Assim, a classe dominante (e sua aliada, a classe média) se divide em pensadores e não pensadores, ou em produtores ativos de ideias e consumidores passivos de ideias.” (CHAUI, 1994, p.36).

O meio urbano está permeado de ideologias, que ensinam em sua forma subjetiva e em sua forma objetiva e concreta. Uma forma aqui e outra acolá são incutidas no pensamento dos educando que chegam as salas de aulas carregados de suas inteligências distintas e moldadas por esse mar urbano da sociedade que está a sua volta. Para desconstruir essas pré-formulações do educandos, Kant (1996), prescreve que se deva haver uma passagem da heteronomia à autonomia, ou seja, da dependência das ideias para um pensamento livre, a saída da menoridade.

A heteronomia a que Kant se refere, está relacionada à sujeição que um indivíduo possui a uma lei exterior ou à vontade de outrem, ou seja, a ausência de autonomia, sem formato e movido pelos pré-conceitos dispersos no mundo social subjetivo.

Libertar o educando da heteronomia e de seus enlaces e vícios sociais é um desafio, visto que ensinar criticamente em filosofia é uma constante e ensinar a pensar é dever dos professores. Sendo assim, a filosofia é a discussão do tempo presente pelo passado, construindo a ponte como as que construímos até aqui, pois:

“(...) a filosofia é apresentada como intervenção no mundo presente, mas como intervenção discursiva que se apropria de outros discursos refletindo sobre eles. (...) [Pois] ela delinea três papéis para a filosofia no ensino médio: devolver às humanidades sua real importância e, sem prejuízo da especificidade da filosofia, despertar a reflexão e o espírito crítico, na medida em que incita a pensar sobre o pensamento, a falar sobre a própria linguagem, a perceber que as coisas não são exatamente tal como elas são imediatamente dadas – que elas precisam, portanto, ser pensadas. (CARVALHO; CORNELLI, 2013, p 19-20).

A filosofia não é a história, visto que já existe uma disciplina que se preocupa com tal, mas é o observar da história através de uma cosmovisão do tempo presente, intervindo no pensamento social e aqui especificamente, nas relações de poder urbano, para que haja uma “abertura” de mente do educando, principalmente os de ensino médio.

Logo, ensinar a pensar é dever do professor, pois um educando, mesmo que com carga anterior, chega ao ensino médio, muitas vezes com um pensamento pouco crítico, não sabendo muitas vezes resolver problemas, apenas conhecedor de histórias, fatos e atos científicos, sem que este ainda avalie e saiba avaliar de forma bem sucedida aquilo que há em seu próprio pensamento. Para Kant, por exemplo, é preciso esforço para pensar por si mesmo, ou seja, tornar-se livre, sendo necessário alguém que o desperte. (CARVALHO; CORNELLI, 2013)

Uma educação que transforma a realidade é defendida como sendo problematizadora por Gadotti (1996), no sentido de que gera criatividade no educando quando este é colocado a pensar. Pensar o urbano como algo vivo, mesmo que sejam estatuas, prédios imponentes, os quais são objetos que denotam poder, supõe capacidade de um olhar crítico. Logo, quando se ensina a pensar o urbano como um organismo vivo, composto de vários humanos, o pensamento se abre a novas ideias e adaptações, surgindo novas dinâmicas de participação do sujeito-aluno.

Gadotti (1996) nos lembra que os homens só serão autênticos quando se comprometerem na transformação da realidade. Transformação essa, que se faz necessária em nossas es-



colas, principalmente nos ideais da disciplina de filosofia, pois, conforme Freire (2001), “(...) seria uma ingenuidade pensar que o poder de classe, de classe dominante, assistisse indiferente e até estimulando, ao esforço desvelador realizado por educadoras e educadores progressistas, no exercício de sua prática docente.” (FREIRE, 2001, p. 48). Portanto, o educando passaria para outro nível, não se deixando ser levado por todo vento de doutrina, mas firmando um pensamento fixo e crítico de sua realidade, se libertando de ideologias que transmitem poder de classe, seja ele vertical ou horizontal.

O que Gadotti (1996) quer que entendamos é que a educação problematizadora está baseada na criatividade e estimula uma ação e reflexão verdadeiras sobre a realidade, levando o indivíduo a pensar e transformar seu pensamento. Tal reflexão é necessária quando se trata das variadas formas de poder urbano e suas diversas facetas. O autor tem suas bases em Dermeval Saviani e Paulo Freire, os quais pregam uma educação libertadora, que não está longe daquilo que Kant chama de esclarecimento e saída da menoridade.

Contudo, essa relação dialética revela uma saber, um conhecer e um método constante de transformar a realidade, buscando entender as relações de poder já prescritas neste trabalho. Essas relações estão em constante mudanças, portanto é necessário ainda, uma conscientização de procurar conhecer a realidade.

Outro ponto a ser levado em consideração é com relação ao diálogo entre o professor e aluno, pois este é o principal meio, não só na filosofia, de ensinar o aluno, quer seja conteúdos, quer seja a pensar, o qual é nosso ponto principal, visto que para entender as relações de poder que são tecidas no meio urbano é preciso ir além de observar formas e paisagens, mas distingui-las através de um olhar que vê além dessas. O diálogo, segundo Gadotti (1996), abre o caminho para essa relação dialética. Sendo assim,

“(...) o diálogo é, portanto, uma exigência existencial, que possibilita a comunicação e permite ultrapassar o imediatamente vivido. Ultrapassando suas “situações-limites”, o educando chega a uma visão totalizante do programa, dos temas geradores, da apreensão das contradições até a última etapa do desenvolvimento de cada estudo.” (GADOTTI, 1996, p.86).

Ao aluno cabe compreender o significado do poder e entender que o espaço está permeado por suas relações, vencendo suas ideologias e dialogando com a sua volta para enfim, chegar a um pensamento crítico de sua realidade. Lefebvre (2006) revela que o espaço, ligado ao saber e ao poder, aflorado por seus simbolismo, já possui em si um caráter disciplinar que

ensina os indivíduo, o qual já vem com uma carga de conhecimento quando adentra uma sala de aula.

A filosofia tem sido ensinada de forma espontaneísta, descaracterizando-a como disciplina retórico-crítica, pois, como Sócrates premeditava, a filosofia é mais do que um saber, ou seja, um modo de pensar e agir. Logo, a melhor forma de se trabalhar filosofia, mas não a única, é despertar no educando a reflexão retórica e o espírito de crítica que muito nos tem feito falta na sociedade atual, pois através destes pressupostos poderemos inserir na sociedade uma filosofia que tem forma e conteúdo e que pode resolver, não em sua totalidade, mas em grande parte, os problemas filosóficos, morais, éticos e do pensamento humano, refletindo numa melhora da sociedade como um todo. Sendo assim, para que se entenda essa relação na cidade é necessário pensá-la. (SILVEIRA, 2000)

Freire (2001), argumenta que a cidade se faz educativa, ou seja, educa-se a si mesma e os cidadãos que nele agem e interagem. Essa consciência de que nada está acabado, que existe sempre algo por acabar é um processo que permite a construção da autonomia do aluno, pois permite os cidadãos fazerem e refazerem a cidade, gerando mudança no mundo a sua volta. Nas próprias palavras de Freire (2001), a cidade se faz educativa, pois há uma necessidade de educar, aprender, ensinar, conhecer e

(...) imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. (...) (FREIRE, 2001, p. 13)

A cidade, em sua posição de educadora, também toma posição de educanda. Grande parte do seu educar, implica em nossos atos político, não a política midiática como conhecermos, mas nossas ações, visto que para Aristóteles somos seres políticos e, “(...) obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade (...)” (FREIRE, 2001, p. 13). Esse poder que é vertical, de elites, mas também é horizontal, com meu vizinho, familiares, amigos, etc.

Saber e poder se entrelaçam no urbano. O ser humano, ser vivo e inacabado na visão de Freire, se aperfeiçoa constantemente, é um cidadão (habitante da cidade), que ainda está em projeto, visto que é livre, não deve ser privado de sua autonomia, ou nas palavras de Kant, do esclarecimento. Tal é a estratégia do saber centrado em torno do discurso do esclarecimento, que muitas vezes podemos conhece e mesmo assim estar desapercibidos de tal, pois isso elude um questionamento indecoroso entre todos: a relação do saber e do poder, no âmbito urbano. (LEFEBVRE, 2006).

Sendo assim, a cidade exerce centralidade, como vimos, no ensino e no poder, pois,

(...) Êste centro que reúne a formação e a informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do **poder**. Convém prestar a êste conceito, à prática que êle denota e justifica, a maior atenção. (Grifo do autor) (LEFEBVRE, 1969, p. 18)

Lefebvre (1969) usa uma evolução lógica da cidade, partindo daquilo que Rousseau (1999) havia definido como o "projeto que fundou a sociedade civil", depois para uma vila, prosseguindo para uma cidade política, posteriormente cidade comercial, após essa o surgimento da cidade industrial e por uma sociedade urbana repleta de urbanidades, com algumas ilhas de ruralidades persistentes ainda sobre o tecido urbano. Foucault (2007), vê a mesma como detentora e dissipadora de um poder disciplinar.

A cidade é sentido e finalidade da industrialização e num período final se transformará em sociedade urbana, utopia, mas nas próprias palavras de Lefebvre: Quem não é utópico? A verdade é que, seja na utopia de Lefebvre, ou no realismo de Foucault, ensinar o poder no meio urbano deve ser algo pensado e premeditado, pois é um terreno pantanoso e instável.

A cidade obriga e abriga a Filosofia a se reconsiderar, pois encontram um meio e uma mediação, que se encontram contemporaneamente, isoladas da natureza em uma escala global, ou seja, que deixam aquela velha visão de natureza, surgindo esse terreno pantanoso ao se buscar ensinar suas relações de poder. Não existe mais a cidade política que havia sobrepujado a aldeia e depois a vila, locus do surgimento da Filosofia, mas uma "Aldeia Global", termo emprestado de Harvey, onde a Filosofia precisa se reinventar o seu ensinar a pensar. (LEFEBVRE, 1969)

Partiremos agora para a guisa de conclusões, ou considerações, não finais, pois a ideia não foi esgotar o tema, mas abri-lo ao debate, visto que a sociedade está permeada de relações de poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que norteou e fez com que se houvesse uma discussão é a de como ensinar a nossos alunos que o poder está permeado nas relações urbanas de construção desse espaço sobre o espaço natural e seus agentes construtores? De difícil solução, mas não impossível, venceu-se essa batalha em terreno pantanoso, mas não a guerra, por demonstrar uma forma de ensinar poder nas aulas de filosofia do ensino médio.

Primeiramente foi discutido o poder e suas relações, consultando a autores como Bobbio, Foucault, entre outros, os quais discutiram suas formas. Por conseguinte foram tecidas discussões, principalmente de acordo com Lefebvre, de como se dão estas formas de poder no âmbito urbano, para isso consultando também suas raízes ideológicas, fundadas na antiga Grécia, lugar da democracia e da cidadania, e também da discussão filosófica inicial.

Foucault (2007) representa bem o que ele chama de poder disciplinar, visto que primeiramente o poder sobre o corpo representou o controle sobre o indivíduos no mundo pós-moderno de Harvey, e que por fim, intenta o controle do tempo, utilizando aparatos tecnológicos da Terceira Revolução Industrial representou a disciplina dos indivíduos e seu adestramento, evitando atitudes de rebeldia.

Vimos que, o prédio, a estatua, a praça, entre outros, emanam relações de poder e que para o funcionamento do poder disciplinar estão presentes em nossa sociedade em suas variadas formas, muitas vezes sutil, mas que ainda garantem a ordem e a manutenção do metódico funcionamento da sociedade ocidental contemporânea.

Por fim, se procurou elencar elementos que pudessem nortear formas de ensino dessas relações de poder além de costurar criticamente o agir dos educadores, dando uma direção ao trabalho, não conclusiva, mas um ponto inicial para o seu fazer pedagógico.

Sendo assim, ao se procurar explicar o ensinar filosófico, emprestamos as palavras de Victor Goldschmidt, em que “(...) ao mesmo tempo, mede a coerência de um sistema e seu acordo com o real, não é o princípio de não contradição, mas a responsabilidade filosófica.” (GOLDSCHMIDT, 1963, p.147), para dizer que é o ensinar coerentemente, mesmo que com falhas, mas humildemente corrigindo tais falhas de tal modo que com elas possa haver mais aprendizado.

Para Kant educação está alicerçado na noção de esclarecimento e nada mais é que o processo de emancipação da razão humana. Sendo assim, para que um indivíduo, cidadão, venha a se libertar de seus enlaces e passe a ter conhecimento desse movimento social urbano que ora age verticalmente, ora age horizontalmente, trazendo-lhe luz aos seus pensamentos, sendo que para isso, deve haver um professor que o leve a tal façanha.

O poder disciplinar permeado no urbano tem seu aspecto político ao produzir indivíduos submissos ao poder do Estado, garantindo o “equilíbrio” e a “ordem”. Desta forma, Foucault nos mostra que o corpo passa a ser considerado um objeto possível do controle disciplinar. O controle sobre o corpo e sobre o modo de vida dos indivíduos, de forma sutil, evitava possíveis levantes e protestos, mostrando-se mais eficiente. Através da disposição dos objetos e estrutura dos prédios, o poder disciplinar é exercido através da observação vigilante e a sensação de estar sempre sob a presença do poder maior coercitivo. A nova sociedade regida pelo poder disciplinar utiliza-se do tempo como um de seus mecanismos de controle.

Ensinar não precisa ser uma forma vertical, pregada por elite, mas também pode ser uma forma horizontal, colocando, como Freire prega, os professores na posição de educadores, mas também na posição de educandos. Como na relação entre mestre e discípulo, “eu aprendo a medida que você aprende”.

Sendo assim, ensinar a pensar é o lema principal desse ressurgimento das aulas de filosofia no ensino médio, esse é o início, ou seja, a gênese do agir pedagógico em sala de aula para que possamos conscientizar nossos alunos acerca das relações de poder no âmbito urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no brasil: entre estado, privatização e descentralização. 2001. São Paulo: USP. **Revista Educação e Sociedade**, ano 22, nº 74. pp. 163-189.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a10v2274.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2º ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense, 2003.
- ARISTÓTELES. **A política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARROS FILHO, C. **Comunicação na Polis: Ensaio sobre Mídia e Política**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Trad. Carmem C. Varriale et al. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992 (L-Z). Verb. Poder.
- BOBBIO, N. **Teoria das formas de governo**. 10ª ed. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1997.
- BOBBIO, N. **Teoria geral da política- a filosofia e as lições dos clássicos**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CALDAS AULETE, F. J. **Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Verb. Poder. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/poder>> Acesso em: 10 nov. 2015
- CALDAS AULETE, F. J. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1987. Verb. Polis.
- CARDOSO, A.L. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, IPPUR/UFRJ - FASE, 2001. Disponível em:<[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/adauto\\_desig\\_urb\\_polhab.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf)> Acesso em 16 Out. 2015
- CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (Org.). **Filosofia e Formação: Estudo e Ensino**. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. v.1
- CASTRO, M. **Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito**. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo: USP, 1998. v. 24, nº 1. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59611>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 34ª ed., 1994.
- CORTELLA, M. S; RIBEIRO, R. J. **Política para não ser idiota**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2010
- DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 13ª.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.
- DANTAS, E. **Pego de surpresa: Nas ciladas da liderança**. Arapongas - PR: Aleluia, 2013.

DUPAS, G. **A lógica da economia global e a exclusão social**. 1998. São Paulo: USP. Revista Estudos Avançados, vol. 12, n.º 34, pp. 121-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a19.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. P. Vassallo. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FREIRE, P. **Política e Educação: Ensaios**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. Brasília: Instituto Paulo Freire, UNESCO, 1996.

GOLDSCHMIDT, V. **Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos: A religião de Platão**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 139-147.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERB, K. **Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault**. 2013. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10, pp. 267-284. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 16 out. 2015.

HOBBS, T. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBS, T. **Do cidadão**. 3ª ed. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **População nos Censos - Brasil**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>> Acesso em: 12 dez. 2015.

KANT, I. Resposta a pergunta: Que é esclarecimento? In: **Textos Seletos**. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes. 3ª ed., 2005. Pg. 63-71.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. de Francisco C. Fontanella. São Paulo: UNIMEP, 1996.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade: o Fenômeno Urbano, Sentido e Finalidade da Industrialização, o Principal Direito do Homem**. Trad. T. C. Netto. São Paulo: Ed. Documento, 1969.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2ªed, 2004

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice B. Pereira; Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LIMONAD, E. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói - RJ: UFF/GECEL, 2003. (CD-ROM)

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, J. R. C.; DIAS, S. M. R. C. **De French e Raven (1959) ao modelo poder/interação de influência interpessoal: uma discussão sobre poder e influência social**. Rio de Janeiro: Cadernos Ebape.br, 2006. v. 4, nº 4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n4/v4n4a09.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

PERISSINOTTO, R. M. O poder sem face: De volta à velha antinomia “estrutura” e “prática”? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº 20, p. 147-152. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a12.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

RIBEIRO FILHO, G. B.; PAULINO, C. M.; PASSOS, F. D. R. L. **Educação Urbana: construindo cidadania e sociabilidade em escolas municipais de Viçosa-MG**. 2009. Revista de Educação Popular: UFU. v.8, n.1. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20066>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

ROUSSEAU, J-J. **O contrato social**. 3ª ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.

WEBER, M. Classe, estamento, partido. In: GERTH, H.; MILLS, W. (Org.). **Max Weber – Ensaaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.

WEBER, M. **Sociologia: Os três tipos puros de dominação legítima**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.